



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

CONTRATO SJRR N./2022

CONTRATO QUE CELEBRAM A UNIÃO, POR ATO DA JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA – SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA, E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXX, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS REPROGRÁFICAS, COM FORNECIMENTO DE SUPRIMENTOS E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, A SEREM REALIZADOS NO EDIFÍCIO-SEDE NA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA.

CONTRATANTE: UNIÃO, por ato da **JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA – SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA**, registrada no CNPJ/MF sob o nº 05.438.430/0001-03, com endereço na Av. Getúlio Vargas, 3999 – Canarinho, Boa Vista/ RR, CEP 69306-545, neste ato representada pelo Diretor Administrativo **Nilton Dall’Agnol**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria n. 233, de 30/09/2010, assinada pelo Diretor do Foro da Seção Judiciária de Roraima.

CONTRATADA: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob n. XXXXXXXXXXXX, sediada XXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXX, Bairro XXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXXXXXXXXXX - XXXXX/XX, neste ato representada pelo(a) xxxxx **XXXXXXXXXXXXXXXX**, portador(a) do CPF n. XXXXXXXXXXXX e RG n. XXXXXXXXXXXXX – SSP/XX.

Nesta data, as partes celebram o presente contrato instruído nos autos do Processo/SEI n. 250-16.2022.4.01.8013, condições estabelecidas no Termo de Referência, Lei n. 8.666/93, Lei Complementar n. 123/06, Decreto n. 8.538/15, Lei n. 10.520/05 c/c com o Decreto nº 10.024/19 e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Prestação de serviços de locação de 04 (quatro) máquinas reprográficas, com o fornecimento de suprimentos (inclusive tonner), exceto papel, com franquia mensal de 20.000 cópias e execução de serviços de manutenção corretiva e preventiva, a serem realizados no edifício-sede da Seção Judiciária de Roraima.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE

Garantir que os serviços de reprografia, impressão e digitalização de documentos sejam prestados de maneira contínua e sem interrupções para o bom andamento dos trabalhos na Justiça Federal de Roraima.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Caberá à Contratante as seguintes obrigações:

- a) Fornecer os papéis necessários à execução dos serviços;
- b) Prover e manter condições ambientais de suprimentos de energia elétrica, condicionamento de ar e outras, conforme as especificações técnicas dos equipamentos;
- c) Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Contrato;
- d) Proporcionar as condições necessárias para que a Contratada possa cumprir com o objeto desta contratação;
- e) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da Contratada;
- f) Comunicar à Contratada, de imediato, qualquer irregularidade verificada na prestação dos serviços;
- g) Proceder aos chamados para correção de defeitos apresentados nos equipamentos à Central de Atendimento da Contratada, por meios disponíveis, tais como telefone ou e-mail;
- h) Proteger os equipamentos impedindo que haja intervenção técnica de terceiros não autorizados;
- i) Usar os equipamentos corretamente e não sublocar, ceder ou transferir a locação, total ou parcial;
- j) Manter os equipamentos nos locais previstos para instalação, só efetivando qualquer mudança mediante prévio consentimento, por escrito, da CONTRATADA; e
- k) Pagar, mensalmente, o valor ajustado, inclusive naquilo que ultrapassar a quantidade franqueada.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada, sem prejuízo do que consta no Termo de Referência, obriga-se a:

- a) Manter os equipamentos em perfeitas condições de funcionamento, substituindo-os quando não for possível a imediata correção de defeitos;
- b) Efetuar, por sua conta, os serviços técnicos de manutenção e reparos nos equipamentos e substituir, também por sua conta, todas as peças e insumos que se fizerem necessários;
- c) Atender prontamente as solicitações da CONTRATANTE, não ultrapassando O prazo de 3 (três) horas, a contar da notificação via e-mail, fax ou telefone, para as eventuais chamadas em dias úteis;
- d) Colocar os equipamentos defeituosos em perfeitas condições de uso no prazo máximo de 04 (quatro) horas, a contar do momento da chegada do técnico no Edifício-Sede da Contratante, caso seja constatado não haver necessidade de substituição de componentes, e 06 (seis) horas quando o técnico estiver de posse da peça necessária;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

- e) Promover treinamento específicos, sem ônus para a CONTRATANTE, dos servidores/terceirizados que operarão as máquinas reprográficas para o correto e eficaz manuseio dos equipamentos;
- f) Fornecer listagem com os nomes dos técnicos que atenderão aos equipamentos a partir do início do contrato, mantendo-a atualizada;
- g) Apresentar seus empregados portando crachás de identificação e/ou uniformizados quando nas dependências da CONTRATANTE;
- h) Substituir, sempre que exigido pela CONTRATANTE, e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam considerados prejudiciais ao interesse da administração;
- i) Substituir, sem ônus para a CONTRATANTE, tonner, revelador, cilindro de cópias e outros materiais que se fizerem necessários ao bom funcionamento do equipamento, recolhendo a carcaça e/ou matérias substituídos;
- j) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- k) Recolher, ao término do contrato e no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento de comunicação formal da CONTRATANTE, os equipamentos das dependências da Justiça Federal, podendo esse prazo ser prorrogado, a critério da administração;
- l) Fornecer, a cada chamado, relatório de atendimento contendo a descrição das anormalidades, medidas adotadas, identificação da peça/componente ou partes substituídas com os respectivos números de série e recomendações de caráter geral, bem como os horários de início e término do atendimento;
- m) Manter seus empregados, quando nas dependências da Contratante, sujeito às normas disciplinares, porém sem qualquer vínculo empregatício com este Órgão; e
- n) Abster-se de revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, inclusive para fins comerciais ou que violem direitos protegidos pela Lei Geral de Proteção de Dados, Lei 13.709, de 14/08/2018, a terceiros, bem como não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução dos serviços, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao necessário cumprimento do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

Os serviços de manutenção deverão ser prestados nas dependências da Contratante, observando-se as seguintes condições:

Parágrafo Primeiro - A **manutenção preventiva** consiste na série de procedimentos destinados a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos dos equipamentos, conservando-os em perfeito estado de uso, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para os equipamentos, bem como a realização de:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

- a) regulagens e ajustes mecânicos e eletrônicos;
- b) limpeza dos equipamentos, com aspiração e lubrificação;
- c) testes e diagnósticos de todos os módulos integrantes dos equipamentos.

Parágrafo Segundo - A **manutenção corretiva** consiste na reparação das eventuais falhas dos equipamentos, mediante a substituição de peças e componentes que se apresentem defeituosos, gastos ou quebrados, e na execução de regulagens e ajustes mecânicos ou eletrônicos que se fizerem necessários, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para os equipamentos.

Parágrafo Terceiro - A manutenção corretiva será realizada em dias úteis, no horário compreendido entre as 09h (nove horas) e 18h (dezoito horas), a pedido da Contratante;

Parágrafo Quarto - O início do atendimento não poderá ultrapassar o prazo máximo e improrrogável de 3 (três) horas, contado a partir da solicitação efetuada pela Contratante, por meio de telefone ou e-mail à central de atendimento a ser informada pela Contratada;

Parágrafo Quinto - O término do reparo do equipamento não poderá ultrapassar o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir do início do atendimento;

Parágrafo Sexto - Caso o reparo não possa ser efetuado no prazo estipulado no parágrafo anterior, deverá ser providenciado pela CONTRATADA, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a colocação de equipamento equivalente ou de superior configuração como "back up", até que seja sanado o defeito do equipamento em reparo;

Parágrafo Sétimo – Entende-se por início de atendimento a hora de chegada do técnico à SJRR;

Parágrafo Oitavo – Entende-se por término do reparo do equipamento a sua disponibilidade para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado, estando condicionado à aprovação pela Unidade Executora do Contrato.

Parágrafo Nono - Caso os serviços de manutenção não possam ser executados nas dependências da SJRR, o equipamento avariado deverá ser removido para o Centro de Atendimento da Contratada, desde que o equipamento avariado seja substituído por outro equivalente ou de superior configuração, durante o período de reparo.

Parágrafo Décimo - Caso a Contratada não possa cumprir os prazos estipulados, total ou parcialmente, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, na ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato; e de impedimento de sua execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração, em documento contemporâneo à sua ocorrência.

Parágrafo Décimo Primeiro - O executor do contrato, anotarà em livro próprio, a hora da chamada telefônica solicitando os serviços de manutenção corretiva, a hora de chegada do técnico e a sua posterior saída. Estas anotações serão assinadas pelo técnico da empresa de manutenção e pelo usuário responsável.

Parágrafo Décimo Segundo - Deverá ainda ser preenchido pelo técnico o "Relatório de Atendimento Técnico", com a descrição da anormalidade, medidas adotadas, irregularidades, identificação do módulo ou partes substituídas, com os respectivos números de série e recomendações de caráter geral. Estas regras aplicam-se também, no que couber, aos serviços de manutenção preventiva;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

Parágrafo Décimo Terceiro - Sempre que forem observadas práticas incorretas por parte do pessoal da Seção Judiciária de Roraima, a CONTRATADA informará este fato por escrito ao executor do contrato, indicando as possíveis consequências.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

Pela prestação dos serviços, objeto do presente instrumento contratual, a Contratante obriga-se a pagar à Contratada, a quantia mensal de R\$ _____ () perfazendo um total em doze meses de R\$ _____ ().

Parágrafo Primeiro - No preço acima encontram-se computadas todas as despesas com mão-de-obra, fornecimento de serviços e materiais necessários, ferramentas, bem como todos os impostos, os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transporte, embalagens, prêmio de seguro, fretes, taxas e outras despesas, de quaisquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto desta contratação, já deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

Parágrafo Segundo – Na hipótese de serem produzidas cópias/impressões em valor superior ao da franquia de 20.000 (vinte mil) cópias/impressões mensais, entende-se que:

- a) A franquia é compensatória entre os equipamentos. Ou seja, só há que cobrar as cópias/impressões do mês quando estas suplantarem o número de 20.000 (vinte mil);
- b) O valor unitário da cópia/impressão excedente (além da franquia), corresponderá a 90% do valor unitário da cópia/impressão da franquia mensal.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O(s) serviço(s), uma vez executado(s) e aceito(s) pela Contratante, será(ão) pagos mediante depósito em conta corrente, devendo a Contratada apresentar a Nota Fiscal em duas vias, constando o nome do Banco, agência e número da conta, desde que a contratada esteja com os Certificado de Regularidade Fiscal, trabalhista e previdenciários em plena validade.

Parágrafo Primeiro - O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil, a contar da apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente da Contratante.

Parágrafo Segundo - Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento susinado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para a Contratante.

Parágrafo Terceiro - Havendo atraso no prazo estipulado no Parágrafo Primeiro desta cláusula, incidirá sobre o valor devido juros de mora de 0,03% (três centésimos por cento) ao dia, relativo



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

ao período compreendido entre a data do protocolo do documento de cobrança e a data do efetivo pagamento, e ainda multa de 2% sobre o valor total devido.

Parágrafo Quarto - A Contratante fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no ato de entrega e aceitação dos equipamentos, estes não estiverem em perfeitas condições e de acordo com as especificações estipuladas neste instrumento.

Parágrafo Quinto - A Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas e indenizações devidas pela Contratada, nos termos desta contratação.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE

O preço constante na Cláusula Sexta será reajustado anualmente, em caso de prorrogação, pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, calculado e divulgado pelo Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que venha a substituí-lo.

Parágrafo Único - Incumbe à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo do reajustamento, bem como a comprovação de que houve aumento de despesa para o período, devidamente aprovado pela Contratante.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos específicos consignados no Programa de Trabalho 096903 – Julgamento de Causas na Justiça Federal, e Elemento de Despesa 3.3.3.90.39.12 – Locação de Máquinas e Equipamentos.

Parágrafo Único– Foi emitida a nota de empenho n., de de 2022, no valor total de R\$ (.....) para atender as despesas oriunda desta contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

Em casos de atraso injustificado ou inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro ou mora na entrega dos produtos, garantido o contraditório e a ampla defesa, ficará a CONTRATADA sujeito às seguintes sanções, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que seu(s) ato(s) ensejar(em):

- a) Advertência para os casos de falhas ou irregularidades que não acarretem prejuízos à SJRR;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratação com a SJRR, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

Parágrafo Primeiro - A penalidade fundada em comportamento ou conduta inidônea ensejará impedimento de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, na forma do disposto no art. 7º da Lei n. 10.520/2002.

Parágrafo Segundo - As penalidades previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a pena de multa prevista na alínea “b” da mesma cláusula.

Parágrafo Terceiro - As penalidades previstas nas alíneas “c” e “d” acima também poderão ser aplicadas à CONTRATADA, caso tenha sofrido condenação definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração.

Parágrafo Quarto - O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a Contratada à multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato ou sobre a parte não entregue/executada, até o limite de 30 (trinta) dias corridos.

Parágrafo Quinto - Após esse prazo, será reconhecida a recusa do fornecedor, podendo a Administração considerar rescindido o contrato e aplicar a multa prevista no parágrafo sétimo deste instrumento, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

Parágrafo Sexto - Nas hipóteses em que não esteja fixado previamente o termo inicial ou final para cumprimento de obrigações, o Contratante, mediante hábil notificação, fixará os prazos a serem cumpridos. O descumprimento da obrigação no prazo fixado constituirá em mora a Contratada, hipótese em que estará sujeita à sanção prevista no parágrafo quarto.

Parágrafo Sétimo - A inexecução parcial ou total deste instrumento por parte da Contratada poderá ensejar a rescisão contratual, com cancelamento do saldo de empenho e a aplicação da multa no percentual de 15% (quinze por cento) sobre a parte não entregue/executada ou sobre o valor total contratado, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato vigorará por 12(doze) meses, pelo período de XX/XX/2022 a XX/XX/2023, podendo ser prorrogado por igual período ou fração, mediante celebração de Termo Aditivo, desde que haja interesse de ambas as partes, até 60(sessenta) meses, incluídos os períodos iniciais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

A Contratante se reserva no direito de rescindir, unilateralmente, o presente instrumento, na ocorrência das situações previstas nos Incisos I a XII e XVII do Art. 78 e Art. 77 da Lei 8.666/93,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento. Poderá, ainda, ser rescindido por acordo entre as partes ou judicialmente nos termos do Art. 79, Incisos II e III do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

O presente Contrato vincula-se ao Pregão N. XX/2022 e à proposta do licitante vencedor, conforme preceitua o inciso XI do art. 55 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Contrato será publicado em forma de extrato, no DOU, em conformidade com o disposto no Parágrafo Único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

O presente contrato vincula-se ao Pregão Nº 13/2017 e à proposta do licitante vencedor, conforme preceitua o inciso XI do art. 55 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal de 1º Grau em Roraima, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato. E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este instrumento para que produza um só efeito.

Nilton Dall'Agnol
Diretor da Secretaria Administrativa

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Contratada